

POLÍTICAS DE SAÚDE E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Thaynara Rodrigues Damasio (thaynaradamasio@gmail.com)

Gabriela Rievers Borges De Andrade (gabrielaandrade@ufgd.edu.br)

A saúde é um direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 que, no seu artigo 196 define que é dever do Estado garantir, mediante políticas sociais e econômicas, a redução do risco de doença e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Os serviços de saúde prestados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) devem, portanto, alcançar todas as classes, inclusive os indivíduos e grupos que estão em processo de exclusão social, o que engloba a população em situação de rua. Segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, A População em situação de Rua (PSR) é definida como grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, que vivem em condições de precariedade, pobreza, discriminação, violência, privação de seus direitos e falta de pertencimento na sociedade e, conseqüentemente, evidenciam a presença de graves problemas de saúde tanto mental quanto física para essa população. Este trabalho realizou uma revisão de documentos produzidos pelo Ministério da Saúde e identificou avanços em relação à promoção dos direitos à saúde da PSR. A principal porta de entrada para o SUS é a Atenção Básica, que se caracteriza como um conjunto de ações de saúde que visam promover ações preventivas e de promoção à saúde tendo por base o território e como principal instrumento, a Estratégia de Saúde da Família. A População em Situação de Rua deve também ser atendida pela Estratégia de Saúde da Família, porém, existem dificuldades de acesso específicas, devido às suas formas peculiares de circulação na cidade e aos estigmas geralmente associados a esta população. Uma estratégia criada para ampliar o acesso da PSR aos serviços de saúde são os Consultórios de Rua que, por meio de equipes multiprofissionais, desenvolvem ações integrais de saúde com o objetivo de estabelecer um vínculo com o paciente e realizar suas atividades de forma itinerante se adequando às demandas das pessoas em situação de rua priorizando o cuidado no local. As equipes consultório de rua podem incluir o profissional psicólogo, buscando garantir atendimento mais singularizado e considerar a subjetividade dos indivíduos. Neste sentido, as políticas específicas foram criadas para propiciar maior equidade das ações e garantindo o cuidado mais humanizado mesmo considerando que os grupos têm necessidades diferentes.